



## STADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

### Política de Investimentos 2016

“As aplicações de recursos nos segmentos de investimento definidos nesta Política de Investimentos deverão ser objeto de aprovação prévia na Instância Superior do Regime Próprio de Previdência Social.”

PREVCON – Previdência do Município de Congonhas-MG

Política de Investimentos /2016

Introdução

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº. 3.922, de 25 de novembro de 2010 (texto consolidado), Portaria Ministério da Previdência Social MPS 519/2011 (texto consolidado) Portaria Ministério da Previdência Social MPS 185/2015 e Portaria MPS 300/2015, o Regime Próprio de Previdência Social, por meio de seu Conselho Deliberativo, está apresentando a versão de sua Política de Investimentos para o ano de 2016, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Congonhas-MG utilizado como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visar à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

Algumas medidas fundamentam a confecção desta Política, sendo que a principal a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

Objetivos

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS<sup>1</sup> em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 01/01/2016 à 31/12/2016.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, imóveis) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre será considerada a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

#### 2.1. Estrutura Organizacional para Tomada de Decisões de Investimentos e Competências

##### 2.1.1 O Comitê de Investimento:

Analisar, avaliar e emitir recomendações sobre proposições de investimentos;

Acompanhar e avaliar o desempenho dos investimentos realizado, com base em relatórios elaborados pelo Diretor (a) Presidente; pelo Diretor Administrativo-Financeiro e pelo analista ou assessor de investimentos, bem como proposições de mudança ou redirecionamento de recursos;

Analisar os cenários macroeconômicos, político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando os possíveis reflexos no patrimônio dos Planos de benefícios administrados pelo RPPS;

Propor, com base nas análises de cenários, as estratégias de investimentos para um determinado período;

Reavaliar as estratégias de investimentos. Com decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciar os mercados financeiros e de capitais;

Analisar os resultados das carteiras de investimentos do RPPS;

Fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da política de investimentos do RPPS;

Acompanhar a execução da política de investimentos do RPPS;

Recomendar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos benefícios de competência do INSTITUTO;

Indicar o percentual máximo a ser conferido para cada investimentos, dentro dos limites legais buscando adequar os investimentos com a realidade do mercado financeiro;

Buscar o reenquadramento do plano de investimentos, quando ocorrer alguma alteração ao longo do ano ou ocorrer alguma alteração na legislação;

Indicar critérios para seleção das instituições financeiras buscando a segurança e minimizar os custos operacionais;

Analisar e emitir parecer acerca das propostas e produtos encaminhados pela Diretoria Executiva;

##### 2.1.2 O Conselho Deliberativo:

Aprovar as aplicações de recursos nos segmentos de investimento previstos nesta Política de Investimentos;

Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios;

Aprovar o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido aos administradores/gestores de recursos dos planos;

Determinar o percentual máximo do total de ativos dos planos a ser gerido como carteira própria;

Aprovar os planos de enquadramento às legislações vigentes;

Aprovar os critérios para seleção e avaliação de gestor(es) de recurso(s) dos planos, bem como o limite máximo de remuneração dos referido(s) gestor(es);

#### 3. Diretrizes de Alocação dos Recursos

1) A gestão de recursos do Fundo com finalidade previdenciária poderá ser realizada através de gestão própria ou gestão por entidade credenciada, conforme disposto na Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2010;

2) Nas operações de compra ou venda de títulos públicos deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades

<sup>1</sup> RPPS – Regime Próprio de Previdência Social



reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação;

3) As operações de compra de títulos públicos deverão ser efetuadas através de leilões primários ou mercado secundário, desde que os preços praticados nestas operações observem como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgados pela ANDIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;

4) As operações de venda de títulos públicos deverão ser efetuadas através de mercado secundário e os preços praticados deverão observar como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgado pela ANDIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;

5) As aplicações em operações compromissadas serão realizadas com lastro em Títulos do Tesouro Nacional;

6) As aplicações em fundos de investimento deverão ocorrer mediante credenciamento da instituição financeira e a avaliação comparativa de produtos similares, devendo ser considerados critérios contemplando a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dessas Aplicações e das instituições, de forma a viabilizar a melhor escolha;

7) As aplicações de recursos deverão perseguir a rentabilidade real de 4,5% a 6% ao ano com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), privilegiando as aplicações com o binômio risco-retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de pagamentos de benefícios previdenciários;

8) Os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil e/ou mantidos em conta de depósito em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

9) Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas;

10) As aplicações de recursos deverão privilegiar as aplicações com o binômio risco retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de receitas e despesas projetadas;

11) As aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC somente poderão ser efetuadas em produtos que apresentem, obrigatoriamente, dentre os sistemas de garantia e colateral oferecidos, o mecanismo de subordinação de quotas, isto é, emissão de quotas subordinadas garantidas pelo originador/cedente dos direitos creditórios.

#### 3.1 Segmentos de Aplicação

Esta política de investimentos se refere à alocação dos recursos da entidade entre e em cada um dos seguintes segmentos de aplicação, conforme definidos na legislação:

- a) Segmento de Renda Fixa
- b) Segmento de Renda Variável
- c) Segmento de Imóveis

#### 3.2 Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA), que é igual à variação do índice de inflação. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

As aplicações dos recursos dos RPPS poderão ter gestão própria, por entidade credenciada ou mista. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente a entidade credenciada deverá ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

#### 3.3 Faixas de Alocação de Recursos

##### 3.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos dos RPPS em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimentos. Os fundos de investimentos abertos e/ou fechados, nos quais o RPPS vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor dos RPPS.

##### 3.3.2. Segmento de Renda Variável:

As aplicações dos recursos dos RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

##### 3.3.3. Segmento de Imóveis:

De acordo com art. 9º, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

#### 3.4. Metodologia de Gestão da Alocação

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento são traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentra na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas externas. A visão de médio prazo procura dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

#### 4. Diretrizes para Gestão dos Segmentos

##### 4.1 Metodologias de Seleção dos Investimentos

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas, periodicamente, pelo(s) gestor(es) externo(s), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e/ou carteiras administradas, e pela Diretoria Executiva, no caso da carteira própria. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (bases de dados públicas e de consultorias).

##### 4.2. Segmentos de Renda Fixa

###### 4.2.1. Tipo de Gestão

O RPPS optou por uma gestão com perfil mais conservador, mas também, buscando prêmios em relação ao benchmark adotado para a carteira.

###### 4.2.2. Ativos Autorizados

No segmento de Renda Fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. A alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS no segmento de Renda Fixa deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites, de acordo com a Resolução CMN 3922/10:

“Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em:



a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

II - até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I;

III - até 80% (oitenta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

V - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”.

§ 1º As operações que envolvam os ativos previstos na alínea “a” do inciso I deste artigo deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

§ 2º As aplicações previstas nos incisos III e IV deste artigo subordinam-se a que a respectiva denominação não contenha a expressão “crédito privado”.

§ 3º As aplicações previstas nos incisos III e IV e na alínea “b” do inciso VII subordinam-se a que o regulamento do fundo determine:

I - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País; e

II - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

§ 4º As aplicações previstas no inciso VI e alínea “a” do inciso VII deste artigo subordinam-se:

I - que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

II - que o regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

§ 5º A totalidade das aplicações previstas nos incisos VI e VII não deverá exceder o limite de 15% (quinze por cento).

#### 4.3. Segmento de Renda Variável

##### 4.3.1. Limites de Alocação

No segmento de renda variável, os recursos em moeda corrente dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites: “Art.8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites”:

I - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBRX ou IBRX-50;

II - até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBRX e IBRX-50;

III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

IV - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

VI - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

Parágrafo único. As aplicações previstas neste artigo, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social e aos limites de concentração por emissor conforme regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (ANEXO I – DPIN - CONTEMPLA LIMITES LEGAIS E ESTRATÉGICOS PARA OS INVESTIMENTOS).

#### 4.4. Segmento de Imóveis:

“Art. 9º As aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por Lei ao Regime Próprio de Previdência Social.”

Parágrafo único. “Os imóveis de que trata o caput poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores.”

### 5. CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE GESTORES

Para a seleção de instituições financeiras autorizadas a operar com o RPPS será constituído processo de credenciamento sobre a figura do administrador e do gestor do fundo de investimento conforme disposto na Resolução CMN nº. 3922, de 25 de novembro de 2010 e as Portarias MPS nº 519/2011 (texto consolidado) abaixo:

“IX - na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento. (Redação dada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)”

“Gestão Própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.”

O processo consistirá de busca de informações junto às instituições financeiras de questionário modelo (ANEXO II - QUESTIONÁRIO PADRÃO ANBIMA DUE DILIGENCE PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO – SEÇÃO I, SEÇÃO II e SEÇÃO III) que contemplará a análise dos seguintes quesitos, atestado formalmente pelo representante legal do RPPS.

5.1. Em relação à instituição financeira (administrador e gestor do fundo de investimento):



atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente; observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.

regularidade fiscal e previdenciária

5.2. Em relação ao fundo de investimento:

a) análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

b) a análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;

c) a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

5.3. Requisitos Finais para o Credenciamento

Art. 6º-E Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, (definidos nos itens 5.1 e 5.2) serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo as seguintes disposições: (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015)

I - a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento, cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet; (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015)

II - a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet; (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015)

III - os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores - Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPPS e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados. (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015)

Parágrafo único. A utilização do Termo de Análise de Credenciamento e do Atestado de Credenciamento não afasta a responsabilidade do RPPS pela verificação do cumprimento dos requisitos mínimos para o credenciamento e não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, segundo o disposto em Resolução do CMN. (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015)

5.4. Observações:

a) a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada seis meses.

b) as aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

c) Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## 6. EXPOSIÇÃO DE RISCO DO CAPITAL INVESTIDO

### 6.1. TIPO DE PRODUTO E PERCENTUAL DO CAPITAL INVESTIDO PROTEGIDO

TIPO DE PRODUTO	PERCENTUAL DO CAPITAL	TIPO DE PRODUTO	PERCENTUAL DO CAPITAL
INVESTIDO PROTEGIDO		INVESTIDO PROTEGIDO (Até)	
Títulos Públicos Federais/ Carteira Própria;		100%	
Fundos de Investimento Referenciado e Renda Fixa		100%	
100% Títulos Públicos Federais (previsto no regulamento do fundo);			
Fundos de Investimento Referenciado e Renda Fixa		50%	
(50% de títulos públicos federais);			
Fundos de Investimentos Crédito Privado		0%	
FIDC		0%	
Fundos de Ações		0%	
Fundos de Índices - ETF		0%	
Fundos Multimercados		0%	
Fundos Imobiliários		0%	
Fundos de Participação		0%	

PERCENTUAL MÍNIMO DE ALOCAÇÃO DA CARTEIRA TOTAL DO RPPS EM PRODUTOS COM CAPITAL INVESTIDO PROTEGIDO: 70% do Patrimônio Líquido do RPPS, apurado concomitantemente na data de fechamento dos dados para envio do DAIR ao Ministério da Previdência Social - MPS.

### 6.1.1 GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO – NÃO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O RPPS somente poderá alocar recursos em fundos de investimento classificados com o mais alto grau de qualidade de crédito, mediante nota por agência internacional de classificação de risco, representado pelo quadro abaixo.

RATING	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO -	RISCO	AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE
MAIS ALTO GRAU DE QUALIDADE DE			Vencimento de 1 (UM) ano ou mais – Longo
CRÉDITO		Prazo	
Aaa			Moody's



AAA	Fitch
AAA	Standard & Poor's

#### 7. INVESTIDOR QUALIFICADO / INVESTIDOR PROFISSIONAL – Portaria MPS 300/2015

Art. 1º A Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º-A. Será considerado investidor qualificado, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;

II - possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;

IV - tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nela estabelecidos.

Parágrafo único. O requisito estabelecido no inciso IV do caput será exigido a partir de 1º de janeiro de 2017, reduzindo-se a partir daí o montante de recursos definido no inciso II para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 6º-B. Será considerado investidor profissional, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;

II - possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;

IV - tenha aderido ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional no quarto nível de aderência nela estabelecido.

Art. 6º-C. A classificação do RPPS como investidor qualificado ou investidor profissional, na forma dos art. 6º-A e 6º-B, não exime seus representantes legais, dirigentes, responsáveis pela gestão dos recursos e membros dos órgãos de deliberação colegiada da responsabilidade pela adoção de elevados padrões éticos e técnicos na governança e controle das operações e pela observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, segundo o disposto em Resolução do CMN.

Congonhas, 10 de dezembro de 2015.

Assinaturas

ANEXO I  
DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – DPIN

ANEXO II  
QUESTIONÁRIO DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE GESTORES E ADMINISTRADORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO - DDQ  
ANBIMA – DUE DILIGENCE QUESTIONÁRIO

SEÇÃO I – Informações sobre a Empresa

SEÇÃO II – Informações sobre o Fundo de Investimento

SEÇÃO III – Resumo Profissionais

## ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

### AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC/101/2015

– OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para atender a diversas Secretarias do Município de Congonhas. Tipo: MENOR PREÇO. Recebimento do credenciamento e das propostas: Dia 11/01/2016 de 09:00 horas às 09:30 horas. Abertura: Dia 11/01/2016 às 09:35 horas. Maiores informações pelo tel. (31) 3731-1300 ramal 1156, 1119, 1139, 1128 e pelo site: [www.congonhas.mg.gov.br](http://www.congonhas.mg.gov.br). Adelson Miro da Silva – Pregoeiro.



**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/146/2014- PRC/134/2014 - Concorrência PMC/015/2014.**

Objeto: Contratação de empresa para a execução de Reforma do prédio da Secretaria da Fazenda. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 1.134.951,46), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/146/2014, correspondente a R\$113.495,15 (Cento e treze mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quinze centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ Vilma de Moura – Ordenadora de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/160/2014- PRC/198/2014 - Concorrência PMC/028/2014.**

Objeto: Iluminação de Campos de Futebol em Joaquim Murinho, Lobo Leite, Vila Rica e Vila São Vicente, pintura do Alambrado do Campo e Quadra da Vila São Vicente e Construção de Salão Comunitário do bairro Alto do Cruzeiro, Congonhas – através do CONTRATO DE REPASSE 0.263.079-85/2008. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 472.759,57), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/160/2014, correspondente a R\$47.275,96 (quarenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ José Lúcio de Castro – Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/003/2015- PRC/214/2014 - Concorrência PMC/034/2014**

Objeto: Contratação de empresa para a execução de Vestiário e Iluminação/Alambrado do Campo de Futebol em Santa Quitéria. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: aplicar à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 498.398,92), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/003/2015, correspondente a R\$49.839,89 (quarenta e nove mil oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ José Lúcio de Castro – Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/151/2014- PRC/185/2014 - Concorrência PMC/027/2014**

Objeto: Contratação de empresa para a execução da Quadra Coberta com Vestiário em Joaquim Murinho. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 748.687,36), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/151/2014, correspondente a R\$74.868,74 (setenta e quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ José Lúcio de Castro – Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/158/2014- PRC/200/2014 - Concorrência PMC/030/2014**

Objeto: Contratação de empresa para a execução de Obras de Construção de Cobertura de Quadra – Escola Municipal Michael Pereira de Souza. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 188.822,21), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/158/2014, correspondente a R\$18.882,22 (dezoito mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida



Congonhas, 18 de Dezembro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 5 | Nº 1398

Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ Maria Aparecida Resende – Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/164/2014- PRC/201/2014 - Concorrência PMC/029/2014.**

Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de materiais para execução de obras de construção de UBS, através de convênio estadual. Lote 01 – UBS Jardim Profeta. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 1.399.267,41), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/164/2014, correspondente a R\$139.926,74 (cento e trinta e nove mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ Rafael Geraldo Cordeiro – Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/166/2014- PRC/201/2014 - Concorrência PMC/029/2014.**

Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de materiais para execução de obras de construção de UBS, através de convênio estadual. Lote 03 – UBS Alto do Maranhão. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 1.194.730,02), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/166/2014, correspondente a R\$119.473,00 (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e três reais). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ Rafael Geraldo Cordeiro/Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/165/2014- PRC/201/2014 - Concorrência PMC/029/2014.**

Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de materiais para execução de obras de construção de UBS, através de convênio estadual. Lote 03 – UBS Basílica. Contratada: Casa Construções e Instalações Ltda. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 1.113.291,96), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/165/2014, correspondente a R\$111.329,20 (cento e onze mil trezentos e vinte e nove reais e vinte centavos). Congonhas, 16 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/ Rafael Geraldo Cordeiro/Ordenador de Despesa/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**PORTARIA Nº PMC/465, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Concede benefício de pensão por morte.

O PREFEITO DE CONGONHAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso II, alínea “i”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Izabel das Mercês Barbosa, esposa do ex-segurado Venâncio Raquel Barbosa, Auxiliar de Obras e Serviços, matrícula 2337-4, Função Pública, lotado na Secretaria Municipal de Obras, falecido em 23 de novembro de 2015, o benefício de pensão previsto no art. 40, § 7º, da CF, de 1988, art. 3º da Lei Municipal nº 2.466, de 1º de junho de 2004, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do benefício, conforme disposto no art. 2º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a partir de 23 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 17 de dezembro de 2015.

**JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO**



**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**EDITAL 034/2015 DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

O Diretor de Trânsito de Congonhas-MG - DTRA, na qualidade de Autoridade de Trânsito deste município, com fulcro nos arts. 281, 282 e 285 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Resolução do CONTRAN nº 404/2012, considerando a devolução das Notificações de Autuação de Infração pelo Correio, notifica os abaixo relacionados das infrações cometidas, concedendo-lhes, caso queiram o prazo de quinze dias contados desta publicação, para interponem defesa prévia junto a Diretoria de Trânsito do Município de Congonhas-MG - DTRA.

Nº AIT	PLACA	D. INF.	CO	DATA DA INFRAÇÃO
L408640	HGK0648	-80	573	21/10/2015
L409808	HDD6818	-90	547	05/11/2015
L409023	HIM8829	-90	550	06/11/2015
L409717	GZQ6484	-21	545	06/11/2015
L409815	FRA0330	-80	556	09/11/2015
L409465	OOV4411	-51	518	10/11/2015
L409719	HBB3594	-14	554	13/11/2015
L109722	GUC7622	-70	548	16/11/2015
L409840	PVN3562	-80	556	21/11/2015
L409726	OQM7256	-11	554	21/11/2015
L409838	OLT1847	-14	554	21/11/2015
L409475	HNA4393	-80	556	21/11/2015
L408816	HBW7346	-15	554	23/11/2015
L408340	GVL3716	-14	554	23/11/2015
L409036	OPI5423	-62	736	23/11/2015
L409330	OQU6637	-14	554	24/11/2015
L408592	HCQ4271	-80	556	25/11/2015
L409100	HEQ5707	-12	604	01/12/2015

Congonhas, 18 de dezembro de 2015.

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**EDITAL 035/2015 DE NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**

O Diretor de Trânsito de Congonhas-MG - DTRA, na qualidade de Autoridade de Trânsito deste município, com fulcro nos arts. 281 a 287 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Resolução do CONTRAN nº 404/2012, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, devolveu as Notificações da Penalidade por não ter localizados proprietários dos veículos ou porque não houve comprovação de entrega das Notificações da Penalidade aos destinatários dos veículos abaixo relacionados, notifica-os das respectivas penalidades de multa, concedendo-lhes, caso queiram o prazo de 15 (quinze dias) contados desta publicação, para interponem recurso junto à Junta Administrativa de recursos de Infrações do Município de Congonhas - JARI.



Placa do Veículo	Nº do AIT	Data da Infração	Código da Infração	Valor
OXB6599	L408237	21/09/2015	554-14	R\$53,20

Congonhas, 18 de dezembro de 2015.

Raymundo Afonso Terra  
Autoridade de Trânsito

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**TERMO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL - Contrato nº PMC/150/2014- PRC/181/2014 - Concorrência PMC/026/2014.**

Objeto: Contratação de empresa para a execução de obras de Requalificação da área Central do Município de Congonhas – fase 2, inclusive fornecimento de materiais e mão de obra. O Município de Congonhas, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Obras, gestora e fiscalizadora do contrato, DECIDE: APLICAR à empresa Casa Construções Ltda, com sede na Rua Dom Frei Domingos da Encarnação de Pontevel, nº 13, bairro São José, Mariana – MG, inscrita no CNPJ sob o número 66.202.060/0001-03 as seguintes sanções: a) MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, qual seja, (R\$ 1.865.430,01), na forma do artigo 87, II da Lei nº 8.666/93 e da cláusula 13.3.2 do instrumento de contrato identificado como PMC/150/2014, correspondente a R\$186.543,00 (cento e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e três reais). Congonhas, 17 de dezembro de 2015. Rosemary Aparecida Benedito - Secretária Municipal de Obras-Órgão Gestor do Contrato/José de Freitas Cordeiro-Prefeito de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

**EXPEDIENTE**

**ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**

**ÓRGÃO GESTOR:**

Secretaria Municipal de Administração

**ÓRGÃOS PUBLICADORES:**

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Governo

Câmara Municipal de Congonhas

FUMCULT

PREVCON.